

**EDcl no HABEAS CORPUS Nº 478.687 - SP (2018/0300209-3)**

**RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**EMBARGANTE : AMANDA GABRIELA COIMBRA DE OLIVEIRA (PRESO)**  
**ADVOGADO : ADALBERTO JOSÉ SANTOS DE ALMEIDA - SP213595**  
**EMBARGADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração opostos por **AMANDA GABRIELA COIMBRA DE OLIVEIRA** contra decisão que julgou prejudicado o *habeas corpus*, sob o fundamento de que houve a perda do interesse processual, uma vez que o impetrante pretendia demonstrar a existência de constrangimento ilegal decorrente da custódia preventiva da paciente, mas consulta ao site do Tribunal de origem - Processo n. 0002104-02.2013.8.26.0101 -, verificou-se o trânsito em julgado da sentença penal condenatória no dia 1º/11/2018, iniciando-se o processo de execução da pena em 11/12/2018.

O embargante alega, em síntese, que "não há pedido de revogação de preventiva e sim pedido para cumprir a pena em casa" (e-STJ, fl. 87).

Sustenta que "a paciente é mãe de 03 filhos menores de 12 anos, sendo portanto inquestionável o fato de que a agente possui a qualidade de mulher com filho (mãe) de até 12 anos de idade incompletos, inciso V, bem como ser imprescindível aos cuidados de pessoa menor de 6 (seis) anos de idade, ambos requisitos da lei" (e-STJ, fl. 87-88).

Requer sejam acolhidos os presentes aclaratórios para o fim de "suprir a contradição arguida e no mérito dar-lhe provimento para determinar que a paciente genitora cumpra sua pena em regime domiciliar uma vez que não há quaisquer indícios de periculosidade, ou de que a mesma irá se furtar a aplicação da lei penal, sendo inclusive ré primária, tendo bons antecedentes e endereço certo" (e-STJ, fl. 88).

**É o relatório.**

Decido.

Reconsidero a decisão ora embargada (e-STJ, fls. 79/80), pois, de fato, o pedido contido na inicial do *habeas corpus* é no sentido de "determinar que a paciente genitora cumpra sua pena em regime domiciliar" (e-STJ, fl. 7) e não de revogação de sua prisão preventiva.

Passo, assim, ao exame do *writ*.

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **AMANDA GABRIELA COIMBRA DE OLIVEIRA**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

O impetrante alega, em síntese, que "a paciente está a cumprir 05 anos de prisão em regime fechado devido a condenação em 2º grau conforme acórdão prolatado nos autos do processo 0002104 02 2013 8 26 0101, vara criminal de Caçapava/SP" fls. 3 e 4.

Sustenta que "após cumprido o mandado de prisão, a paciente fez um pedido ao juiz de 1º grau para que cumprisse a pena em regime domiciliar tendo em vista ser mãe de 03 filhos menores, sendo de 11 anos, 08 anos e 06 meses, conforme documentos anexos, além de não ter qualquer outro registro criminal contra si desde a data dos fatos" (fl. 4.), o que foi indeferido.

Inconformada, a defesa impetrou, no TJSP, *habeas corpus*, o qual teve a ordem denegada liminarmente, por meio de decisão monocrática da eminente Desembargadora Angélica de Almeida.

Neste Superior Tribunal de Justiça, o pedido liminar foi indeferido (e-STJ, fl. 37).

Prestadas as informações, o Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento do *habeas corpus* (e-STJ, fl. 73-77).

Consoante se verifica dos autos, a defesa quedou-se inerte em manejar agravo contra a aludida decisão singular proferida pela desembargadora relatora. Assim, não houve o esgotamento das vias recursais, razão por que o presente *habeas corpus* não pode ser conhecido, sob pena de incorrer-se em indevida supressão de instância.

Ressalte-se que esta Corte possui entendimento pacificado no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra decisão monocrática de desembargador que indefere pedido liminar, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão impugnada (Súmula 691 do STF).

Sobre o tema, os seguintes precedentes:

"[...]

1. Segundo entendimento iterativo desta Corte, secundado pela Súmula 691 do STF, não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de liminar em prévio writ, por importar em verdadeira supressão de instância.
2. Inexistência na espécie de flagrante teratologia, apta a fazer relevar a impropriedade da via.
3. Não há ofensa ao princípio da colegialidade quando a decisão monocrática é proferida em obediência ao art. 210 do RISTJ que autoriza o relator a indeferir liminarmente pedidos manifestamente incabíveis, como no caso dos autos.
4. Agravo regimental não provido."

(AgRg no HC 321.554/GO, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 05/05/2015, DJe 13/05/2015).

"[...]

1. Segundo a orientação pacificada neste Superior Tribunal, é incabível *habeas corpus* contra indeferimento de medida liminar, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão impugnada, sob pena de incidir-se em indevida supressão de instância (Enunciado n.º 691 da Súmula do STF).
2. Encontrando-se a decisão da autoridade impetrada suficientemente motivada, não há como se afastar o óbice ao conhecimento do remédio constitucional, imposto pelo enunciado n.º 691 da Súmula do STF.
3. Ainda que superada a incompetência desta Corte Superior para a apreciação da matéria, não seria possível acolher a pretensão do agravante, tendo em vista que a revisão criminal, por não ter efeito suspensivo, não revela-se hábil para autorizar a interrupção da execução da pena.
4. Agravo regimental improvido."

(AgRg no HC 285.647/CE, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 12/08/2014, DJe 25/08/2014).

No caso dos autos, não se observa a ocorrência de flagrante ilegalidade na decisão impugnada.

Ante o exposto, **acolho** os embargos de declaração, para reconsiderar a decisão embargada e **não conhecer** do *habeas corpus*.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 20 de fevereiro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator

